

Agenda que interessa

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) sugeriu uma agenda prioritária para exame do Senado no segundo semestre deste ano. Para o senador, a Casa deve ater-se a temas que realmente digam respeito à vida da população e não se prender a uma "agenda apequenada". Mercadante disse que elegerá esses temas como prioridade para o seu mandato em 2007.

Entre as propostas apresentadas pelo senador, estão a conclusão da votação das medidas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o aprimoramento dos instrumentos legais das parcerias público-privadas (PPPs), medidas que contribuam para a gestão eficiente do Estado e para a contenção dos gastos públicos, conclusão da reforma tributária e a votação do projeto destinado a aperfeiçoar a lei que está sendo chamada de "Supersimples", assim como a definição de um marco regulatório para o setor energético.

■ Cenário favorável

Além disso, Mercadante ressaltou, em discurso na sexta-feira, a importância de que seja dada continuidade ao exame de

medidas na área de segurança pública e à votação de propostas importantes para a educação, com ênfase na inclusão digital de estudantes de escolas públicas.

Para o senador, o primeiro grande desafio da Nação é não perder a oportunidade única criada pelo cenário econômico muito favorável, em que o País registra crescimento sustentado do Produto Interno Bruto (PIB) há 16 trimestres seguidos, safra recorde de 132 milhões de toneladas de grãos, inflação de 3,5% há mais de 14 meses, a menor taxa de juros nominal em 30 anos e geração de mais de um milhão de empregos com carteira assinada no primeiro semestre.

A continuidade da votação das medidas do PAC em tramitação no Congresso, com ênfase naquelas relacionadas ao setor de logística – portos e aeroportos – e ao setor energético é, na opinião do senador, fundamental.

Mercadante alertou para a possibilidade de um novo racionamento no setor elétrico, a exemplo do ocorrido em 2001. Segundo estimativas mais pessimistas, citadas pelo senador,

esse risco pode chegar a 16,5% ou até a 30%. Pelos cálculos oficiais, observou, o risco estaria em 5% – dentro do limite de segurança aceitável. A resposta para o País, afirmou o senador, está na bioeletricidade. O papel do Congresso Nacional, opinou, será aprovar um marco regulatório para resolver o impasse entre governo e usinas na questão das linhas de transmissão.

■ Gasto público

O senador pediu a atenção da Casa também para aprovação de medidas que ajudem a controlar os gastos públicos. Nesse sentido, solicitou à Mesa do Senado que coloque em pauta projeto de resolução de sua autoria segundo o qual toda autorização para despesa de caráter continuado tem que passar pela aprovação da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). Essas medidas de contenção de gastos são necessárias a fim de que o governo tenha mais recursos disponíveis para liberar para o setor produtivo, argumentou o senador, que é presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

J. FREITAS/AGÊNCIA SENADO



■ MERCADANTE PEDE QUE SENADO ESQUEÇA "AGENDA APEQUENADA"